

Angelo Miguel de Souza Vargas

A DESJUDICIALIZAÇÃO  
DA **EXECUÇÃO**  
POR **QUANTIA**  
**CERTA**

A REALIDADE  
LUSO-BRASILEIRA

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Futura ([rogerio@futuraeditoracao.com](mailto:rogerio@futuraeditoracao.com))

**Capa:** Ana Caquetti

---

V297a Vargas, Ângelo Miguel de Souza.  
A Desjudicialização da Execução por Quantia Certa: A Realidade Luso-Brasileira /  
Ângelo Miguel de Souza Vargas – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.  
160 p.

Bibliografia  
ISBN 978-65-5680-759-1

1. Direito Processual Civil. I. Vargas, Ângelo Miguel de Souza. II. Título.

CDD 341.46

---

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 DA CELERIDADE PROCESSUAL .....</b>	<b>15</b>
1.1 O direito fundamental da celeridade processual.....	17
1.2 Dimensão objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais....	24
1.3 A dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	27
1.4 Direito Fundamental da Celeridade Processual nos Sistemas Português e Brasileiro .....	31
<b>2 A EFETIVIDADE DO PROCESSO EXECUTIVO NO DIREITO PORTUGUÊS .....</b>	<b>53</b>
2.1 O modelo português de execução dos títulos.....	57
2.2 A evolução do procedimento de execução em Portugal ..	62
2.3 O procedimento extrajudicial pré-executivo – Lei nº 32/2014.....	64
2.4 A efetividade da execução por quantia certa contra devedor solvente.....	72
2.5 A importância da Lei nº 32/2014 para a celeridade processual portuguesa.....	77
<b>3 A EFETIVIDADE DO PROCESSO EXECUTIVO NO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>79</b>
3.1 A taxa de congestionamento dos processos no Brasil .....	81
3.2 O poder de império desjudicializado .....	92
3.3 A proposta para um novo paradigma do processo executivo no Brasil: convergência do argumento.....	97
3.3.1 Do título executivo .....	99
3.3.2 Atos próprios da magistratura .....	102

3.3.3	Da fé pública notarial.....	106
3.3.4	Da constitucionalização do processo de execução no Brasil.....	107
3.4	Proposta de alteração do processo de execução civil de quantia certa no Brasil.....	109
3.4.1	Proposta de alteração da Lei nº 9.492/97.....	109
3.4.2	Proposta de alteração da Lei nº 13.105/15.....	112
3.5	A importância da desjudicialização da execução por quantia certa no Brasil.....	115
<b>4</b>	<b>DAS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS APTAS PARA AUXILIAR NO RECEBIMENTO DO CRÉDITO .....</b>	<b>119</b>
4.1.	Da Averbação Premonitória.....	119
4.2.	Da Alienação Fiduciária de Bem Imóvel – Lei nº 9.514/97.	122
4.3.	Do Decreto 70/66.....	128
4.4.	Da Conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais ....	132
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>137</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>143</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>149</b>
	Anexo 1 - Proposta de alteração da Lei nº 9.492/97 .....	149
	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	149
	Anexo 2 - Proposta de alteração da Lei nº 13.105/15 .....	152
	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	154